



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

1 Ata da 36ª (trigésima sexta) reunião ordinária da Comissão Permanente de **Economia, Finanças,**
2 **Fiscalização e Tomada de Contas** realizada no dia 22 de novembro de 2023, às 14:00 horas, na
3 Câmara Municipal de Aracruz. Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e
4 vinte e três reuniu-se a Comissão, sob a Presidência da vereadora Adriana Guimarães Machado,
5 contando com a presença do vereador Marcelo Cabral Severino (Marcelo Nena) e Jean Carlo
6 Gratz Pedrini, membros da referida Comissão. Também estiveram presentes os vereadores André
7 Carlesso e Leandro Rodrigues Pereira (Léo Pereira), e os servidores Vitor Rebuzzi dos Santos,
8 Thiago Rossi de Barros, Marcus Vinicius Guedes e Luana Assini Eleuterio. Como convidada
9 estava a Sra. Mariza Giacomini Lozer – Presidente do Conselho Interativo de Segurança Pública
10 (CISA), acompanhada da Sra. Adriana Barcellos Soneghet e da Sra. Ruth Lacerda Satler – ambas
11 Conselheiras Fiscais do CISA. Dando início aos trabalhos, a senhora Presidente da Comissão
12 informou as matérias recebidas para distribuição aos membros da comissão, ficando distribuída
13 conforme a Tabela I. Ato contínuo, a Presidente da Comissão, vereadora Adriana Guimarães
14 Machado, agradeceu a Sra. Mariza pela presença e explanou que enviou um ofício para que essa
15 participasse desta Reunião com o intuito de esclarecer sua fala no Uso da Tribuna Livre na 124ª
16 (centésima vigésima quarta) Sessão Ordinária ocorrida no dia 30 de outubro de 2023, conforme
17 Processo nº 1604/2023. Nesse sentido, foi dada a palavra à convidada que, primeiramente,
18 agradeceu o convite e pontuou que desde que conseguiu exercer seu mandato de Presidente do
19 CISA observou que o mesmo estava paralisado e com as seguintes irregularidades: 1) CNPJ
20 inativo devido a omissão de envio à Receita Federal das Declarações de Contribuição e
21 Tributação (DCTF comum e web), sendo que tais omissões geraram multas e, conseqüentemente,
22 a Receita bloqueou o CNPJ do CISA, tornando-o inapto para receber qualquer tipo de recurso
23 (público ou privado); 2) Dívidas em relação ao Conselho Popular de Aracruz (Conspar), haja
24 visto que o CISA é associado à referida entidade e tem a obrigação de pagar uma mensalidade
25 aos serviços por ele prestados; e 3) Dívidas com o Município de Aracruz referente ao último
26 Termo de Fomento que foi repassado pelo Município de Aracruz no ano de 2018. Diante desse
27 cenário, a Sra. Mariza relatou que o CISA conseguiu regularizar sua situação com a Receita
28 Federal através de uma parceria com as Câmaras de Diretores Lojistas que doaram o valor
29 pecuniário necessário e voltou a ter o CNPJ ativo; acrescentou que, nos dias atuais, o CISA
30 encontra-se com dívidas perante o Conspar e o Município de Aracruz. Após essa explanação, a
31 Presidente Adriana Guimarães Machado abriu debate para que os vereadores pudessem pontuar
32 aspectos relevantes, bem como fazer algum tipo de questionamento. O vereador Jean Pedrini
33 perguntou à convidada se havia algum ofício desfilando o CISA do Conspar, tendo a Presidente
34 do CISA informado que sim e que, todavia, ele não era legítimo por não ter enviado a ata da
35 Assembleia que deliberou sobre a desfiliação. Nesse momento, a Presidente da Comissão
36 ressaltou que o intuito dessa reunião era tratar de verba pública, ou seja, cabe à Comissão de
37 Finanças e demais vereadores que compõem essa Casa de Leis as verbas públicas que foram
38 repassadas ao CISA e que não teve prestação de contas. Sobre isso, a Mariza enfatizou novamente
39 sobre o histórico de dívidas do CISA e que o mesmo não tem recursos para o próximo ano. Sendo
40 assim, a Presidente da Comissão pediu à Mariza os documentos referentes à situação relatada
41 para que, após munidos desses documentos, os vereadores possam conseguir tomar uma decisão
42 e agir. Mariza afirmou que enviará tais documentos, agradeceu o convite e a possibilidade de
43 explicar a real situação do CISA. Por fim, a vereadora Adriana Guimarães se colocou à
44 disposição, agradeceu a presença de todos e enfatizou que aguardará o envio dos documentos.
45 Logo após, a Comissão de Finanças recebeu o segundo convidado, o Sr. Jones Cavaglieri, ex-
46 prefeito de Aracruz, acompanhado de seu advogado, o Sr. Felipe Osório – OAB/ES nº 6381. A
47 Presidente da Comissão de Finanças, Adriana Guimarães Machado, fez o uso da palavra
48 agradecendo o Sr. Jones Cavaglieri pela presença e explanou que enviou um ofício para que esse
49 pudesse ter conhecimento do parecer elaborado relativo à sua defesa em relação ao Processo TC
50 nº 1330/2023, que trata de Recurso de Reconsideração à Prestação de Contas Anual da Prefeitura
51 Municipal de Aracruz, do exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor Jones Cavaglieri.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

52 Em seguida, foi suspensa a referida reunião pela Presidente da Comissão de Finanças e seus
53 membros pelo fato da necessidade de oficiar o Tribunal de Contas do Espírito Santo para obter
54 informações para a elaboração do parecer. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente
55 agradeceu a presença de todos e determinou a servidora Luana Assini Eleuterio a elaboração da
56 presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada.

57 **Tabela I: Distribuição**

- 58 • PLE – Projeto de Lei do Poder Executivo
59 • PLL – Projeto de Lei do Poder Legislativo
60 • PDL – Projeto de Decreto Legislativo
61 •

Projeto	Ementa	Vereador
PLE 062/2023	Dispõe sobre o pagamento de abono aos servidores do Poder Executivo do município de Aracruz e dá outras providências.	Adriana Guimarães Machado

62

63

64 Adriana Guimarães Machado - Presidente..... 

65 Jean Carlo Gratz Pedrini.....

66 Marcelo Cabral Severino.....